

Publicado na Revista do Hernani Donato

## **Assistencialismo e Desigualdade**

José Pastore  
Universidade de São Paulo

A pobreza machuca a todos. Castiga os pobres e incomoda os mais abastados. Ninguém gosta de viver em uma sociedade injusta e desigual.

O Brasil é um dos campeões nesse terreno, perdendo apenas para a Guatemala e alguns países da África. É uma situação desgastante.

Entretanto, os dados coletados pelo IBGE mostram uma leve redução da desigualdade entre 1994 e 2004. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio de 2004 mostra que essa redução decorreu da conjugação de dois fatores: uma diminuição da renda média dos mais ricos e uma maciça transferência de renda para os mais pobres realizada por meio do Programa Bolsa Família que inclui o Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação.

Os recursos desse Programa têm sido cruciais para a sobrevivência de quase 40 milhões de brasileiros. As transferências realizadas têm provocado um aumento da demanda interna e um aumento do consumo, refletidos nos dados do comportamento industrial do mês de fevereiro de 2006 coletados pelo IBGE e CNI.

A essas transferências somam-se os recursos oriundos do programa de crédito com desconto consignado na folha de pagamento que, igualmente, vêm alavancando o poder de compra dos grupos de baixa renda que são auxiliados também pela redução de inflação.

Voltemos aos programas sociais. As transferências de renda ora em andamento têm dois lados.

Do lado positivo, há que se ressaltar que os recursos estão sendo direcionados para os que mais precisam. Isso é muito importante, pois, durante muito tempo, os programas sociais do Brasil beneficiaram mais os “não pobres” do que os pobres.

Do lado negativo, há que se lamentar que essa ação é meramente assistencialista. Para entender melhor esse aspecto convém examinar mais a fundo o que fazem os beneficiários dos programas sociais e o que farão amanhã por força da ajuda assistencial.

No que tange à situação atual, há um pouco de tudo.

Cerca de 21% são chefes de famílias que estão desempregados. Essa taxa de desemprego é altíssima - mais do dobro da taxa de desemprego do total da população economicamente ativa (9,6%).

Entre os ocupados, a informalidade é a regra.

Cerca de 41% trabalham por “conta própria”, fazendo bicos no mercado informal. Essa proporção é bem mais alta do que a média de informalidade entre os que trabalham por conta própria na população em geral que é de 25%.

Entre os “empregados”, 62% não têm registro em carteira – taxa que é quase o dobro da informalidade entre os empregados da população em geral - 34%.

O nível de escolarização dos beneficiários é extremamente baixo.

Entre as pessoas de 15 anos de idade ou mais, a taxa de analfabetismo é de 22%, enquanto que na população em geral, é de apenas 9% - o que, em si, é muito alto.

Por isso, se tais programas têm a virtude de serem direcionados aos mais necessitados, é inevitável considerar que, se não surgirem oportunidades adequadas de trabalho e de educação, os 40 milhões de beneficiários estarão condenados a uma marginalização prolongada – senão permanente.

É claro que esses brasileiros precisam ser acudidos – e os programas sociais devem continuar. Mas não se pode comemorar uma redução da desigualdade que se baseia fundamentalmente no assistencialismo. Essas pessoas precisam ter um melhor horizonte de vida, o que depende de bons empregos e boa preparação profissional.

É preciso lembrar que o aumento dos gastos com benefícios desse tipo desequilibra as contas públicas, força as autoridades a usarem recursos do superávit primário ou a tomar empréstimos no mercado financeiro, o que eleva a taxa de juros e reduz a capacidade de investimento dos setores público e privado.

É isso que está acontecendo. Apesar dos bons resultados localizados em determinados setores da economia, em especial alguns que exportam, o Brasil está perdendo a capacidade de crescer. Em 2005, o PIB aumentou apenas 2,3%. Para 2006, prevê-se 3,5%. As duas taxas estão muito aquém do necessário para empregar os que chegam anualmente no mercado de trabalho - 1,6 milhão – e os que compõem o estoque de desempregados – cerca de 8 milhões.

Para gerar empregos em grande quantidade e de boa qualidade, o Brasil precisa crescer, no mínimo, 5% ao ano durante várias décadas, o que demandaria investir anualmente cerca de 27% do PIB – muito além dos 19% atuais.

Uma das condições básicas para se chegar a um círculo virtuoso que combine crescimento acelerado com inflação controlada, é a implementação continuada de uma boa política fiscal que incida no controle de gastos do governo.

E, para fechar um dos principais buracos do déficit público – que é causado pelo desequilíbrio da Previdência Social – o Brasil precisa de uma urgente reforma nessa área e, ainda, de uma reforma trabalhista que seja capaz de garantir proteções mínimas para os mais vulneráveis dentro da capacidade de pagamento das empresas no que tange às despesas de contratação que hoje chegam à inviável cifra de 103,46% dos salários – ou seja, um “simples trabalhista”.

Dentro dessa estratégia, seria viável para o Brasil concretizar a ideia de (1) ocupar as pessoas no mercado formal; (2) reduzir o desequilíbrio nas contas públicas; e (3) canalizar mais recursos para a educação e a saúde que são cruciais para a elevação da produtividade e da renda das pessoas, em especial, dos beneficiários dos programas sociais.

Em suma, a redução da desigualdade com base no assistencialismo deve ser motivo de preocupação e não de comemoração. É verdade que estamos em ano eleitoral e programas desse tipo conquistam muitos votos entre os despossuídos e que não têm onde trabalhar. Mas, a manter a situação atual, estaremos fechando o futuro dos assistidos. Para o progresso individual e social, nada substitui o trabalho decente e a educação de boa qualidade.